



MANIFESTO DE COLETIVOS EM PROL DA LUTA ANTIMANICOMIAL DO DISTRITO FEDERAL PARA A V CNSM

O Movimento Pró-saúde Mental, junto à Inverso, ao Observatório de Saúde Mental (OBSAM/UnB), ao Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/DF), ao Conselho Regional de Psicologia (CRP 01/DF) e ao coletivo Utopia Viva manifestam seu posicionamento no contexto da realização da V Conferência Nacional de Saúde Mental (V CNSM):

Em um cenário de crise social, econômica, ética e sanitária que o Brasil enfrenta nos últimos anos, com graves e profundos ataques às políticas de saúde, a V Conferência Nacional de Saúde Mental (CNSM) carrega grande importância para o campo da Saúde Mental. As conquistas alcançadas pelos movimentos sociais das reformas sanitária e psiquiátrica, desde sua gênese no século passado, salvaram a vida de milhares de pessoas, transformaram existências, políticas, serviços e territórios. No entanto, como toda busca por transformações radicais no interior do sistema capitalista, a luta não se esgota e nesse momento vive profundas contradições e retrocessos.

Ao longo dos últimos anos, toda a sociedade brasileira viveu duros ataques a direitos trabalhistas, previdenciários, entre outros. Desde a ruptura democrática que aprofundou o caráter neoliberal das políticas de Estado brasileiras, as condições essenciais à saúde e existência humana foram sucateadas ao extremo, e as políticas de saúde e educação conquistadas ao longo das décadas tem sido destruídas em velocidade e profundidade vertiginosas. Durante a pandemia da COVID-19 tal panorama encontrou solo ainda mais fértil para o avanço das políticas manicomiais de institucionalização, confinamento, desterritorialização de pessoas em sofrimento.

No que se refere ao campo da saúde mental, houve duros ataques e retrocessos nas conquistas que custaram anos de luta antimanicomial. Destaca-se a diminuição progressiva de investimentos do Estado em políticas de saúde voltadas à construção e à ampliação da atenção psicossocial, territorial, substitutiva aos manicômios, e que preza pelo cuidado em liberdade. Ao mesmo tempo em que se fazem assombrosos investimentos em projetos de segregação de adultos, crianças,



adolescentes e idosos em Comunidades Terapêuticas e outras instituições asilares. Como já registrado por diferentes inspeções em hospitais psiquiátricos e Comunidades Terapêuticas, o modelo asilar é marcado por violência física e moral, tortura, silenciamento e diversas violações de direitos.

Ainda importa destacar as mudanças estruturais que sofreu a política de cuidado a pessoas em sofrimento e/ou necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas com a Portaria 3.588/2017. Nela, o hospital psiquiátrico volta a compor a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), como aparelho complementar, e não mais como um equipamento a ser superado e substituído. Além disso, essa mesma normativa traz as Unidades Ambulatoriais Especializadas e o CAPS ad IV, que, na contramão do que propõe a Lei 10.216/2001, dentro de uma rede articulada e intersetorial e com equipes interdisciplinares, trazem uma lógica conservadora centrada no funcionamento médico e com incentivo à internação como primeiro recurso à crise, além de internações compulsórias.

É neste cenário de crise que nos deparamos com o desafio e com a potência de realizar a V Conferência Nacional de Saúde Mental. Esta se constitui como instância essencial para a garantia da participação social na construção, consolidação e ampliação de políticas de saúde e de transformação social, uma vez que tais retrocessos foram estabelecidos de forma antidemocrática, sem respeito às instâncias do controle social. Para isso, é fundamental construirmos estratégias que possibilitem a participação efetiva de usuárias, usuários e familiares da RAPS nas conferências livres, regionais, distrital e nacional.

No Distrito Federal (DF), os avanços são escassos ao longo dos 35 anos que datam a primeira CNSM. A capital do Brasil apresenta ainda cobertura insuficiente, principalmente de serviços CAPS 24h e Unidade de Acolhimento. Pleiteia-se o previsto na Lei Distrital 975/1995, de substituição do hospital psiquiátrico São Vicente de Paulo e o manicômio judiciário (Ala de Tratamento Psiquiátrico da Papuda) pela implantação dos dispositivos da RAPS. Cumpre destacar que são mais de 20 anos de funcionamento ilegal do manicômio HSVP, enquanto dispomos de uma rede potente para o cuidado em liberdade.

Observa-se no âmbito do DF e em todo o Brasil o crescente redirecionamento do investimento da RAPS para as Comunidades Terapêuticas,



principais agentes de maus-tratos e de exploração do sofrimento de pessoas em situação de rua. Os proprietários e agentes das Comunidades Terapêuticas desenvolveram, ao longo dos anos, tecnologia e legitimidade junto às forças do Estado para remover tais pessoas dos centros urbanos e as jogar em instituições distantes da comunidade, com relação extremamente precária e distanciada dos serviços territoriais. Dados do Relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate a Tortura trazem indícios de violação de direitos, como: exploração do trabalho, tortura e tratamentos cruéis, desumanos e degradantes. Ainda cumpre dizer que, até o presente momento, não temos qualquer Serviço Residencial Terapêutico implantado no DF, o que torna muito difícil a concretização da desinstitucionalização enquanto princípio e ética de cuidado em saúde mental.

Deste modo, defendemos: SUS público, estatal, universal, de qualidade e sob gestão direta do Estado, contra todas as formas de privatizações e terceirizações; Garantia de uma Seguridade Social que assegure os direitos relativos à saúde, previdência, assistência social, educação, trabalho e moradia; Revogação imediata da Emenda Constitucional 95/2016, que institui o Novo Regime Fiscal e congela por vinte anos os gastos públicos; a Política de Saúde Mental do SUS antimanicomial, respaldada nas propostas da Reforma Psiquiátrica Brasileira, sob a gestão direta do Estado; Ampliação do financiamento destinado à Política de Saúde Mental e proibição do direcionamento dos recursos do SUS para hospitais psiquiátricos ou instituições asilares e para Comunidades Terapêuticas; Revogação das portarias federais que ferem as bases da luta antimanicomial, com fortalecimento dos CAPS, Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF e Equipes de acompanhamento de pessoas com transtorno mental em conflito com a lei - EAP; Garantia da participação e controle social no SUS; valorização das e dos trabalhadores(as) da saúde mental no SUS.

Compreendemos que estão em jogo um modelo de sociedade democrático, justo e antimanicomial, e outro encarcerador, racista, lgbtfóbico, machista, capacitista, privatista e violador de direitos humanos. É urgente construir ações coletivas, que envolvam instituições e órgãos do Estado, além de movimentos sociais, que se concretizem em políticas públicas que garantam cidadania e cuidado em liberdade. A defesa da saúde mental antimanicomial é a defesa do direito de



todas as pessoas serem tratadas com dignidade em caso de sofrimento mental. A saúde mental é um campo interdisciplinar, intersetorial, em diálogo com importantes políticas públicas na saúde, educação, assistência social, etc. É preciso reiterar que uma sociedade sem manicômios requer uma atuação antimanicomial radical. Manicômios NUNCA MAIS!

Fevereiro de 2022

ASSINAM:

Movimento Pró-Saúde Mental do Distrito Federal (MPSM/DF)

INVERSO

Utopia Viva

Observatório de Saúde Mental da Universidade de Brasília (OBSAM/UNB)

Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal (CRP 01/DF)

Conselho Regional de Serviço Social do Distrito Federal (CRESS/DF)

ABRATO – Associação brasileira dos terapeutas ocupacionais do DF

Articulação Nacional de Psicólogas (os) e Pesquisadoras (os) Negras - Núcleo -DF

ANPSINEP

ASSIM – Associação de Amigos da Saúde Mental

Associação Brasileira de Psicodrama e Sociodrama

Associação de Especialistas Socioeducativos do DF

Bem Viver

Casa Akotirene Quilombo Urbano - Ceilândia DF

Colegiado do Curso de Terapia Ocupacional da UnB-FCE

Coletivo Educação/Psicanálise

Coletivo Psicanálise na Rua

Deputada Distrital Arlete Sampaio

Fórum da Rua do DF

Fórum Nacional de Residentes

Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade - Núcleo DF

Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde, Sociedade e Política Social da UnB

IMA – Instituto Mãos Amigas



Laboratório de Família, Grupo e Comunidade (LABPAM) - UnB

Movimento população de rua do DF

Mulheres de Axé do Brasil - Núcleo DF

Observa PopRua - Coletivo de extensão e pesquisa da UnB

PRODEQUI Programa de Estudos e Atenção às Dependências Químicas - UnB

Psicologia e Ladinidades - UnB

Rede de Redução de Danos e Profissionais do Sexo do Distrito Federal e Entorno

"Tulipas do Cerrado"

Setor de Saúde do MST-DFE

Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial - RENILA

Associação Brasileira de Enfermagem do Distrito Federal - ABEn/DF

Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente